

Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST

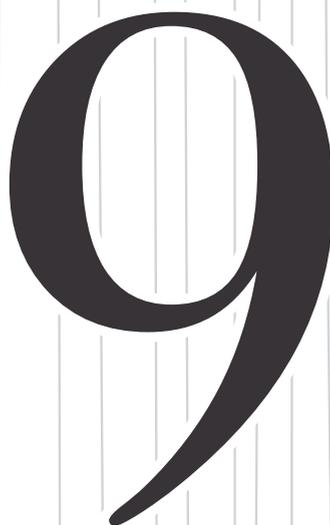
*Gender relations and sexual diversity in
the struggle for land: the political participation of
women and gay activists in the MST*

Jáder Ferreira Leite

*Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFRN
Doutor em Psicologia Social – jaderfleite@gmail.com*

Magda Dimenstein

*Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia – UFRN
Doutora em Saúde Mental – IPUB/UFRJ – magda@ufrnet.br*



Resumo

O artigo objetiva investigar a participação política de militantes mulheres e gays no MST, bem como os processos de subjetivação decorrentes dessa participação. Realizaram-se observação participante e entrevistas em profundidade com cinco militantes mulheres e três militantes gays do sexo masculino, em contextos de cursos de formação política, eventos e mobilizações do MST. Identificou-se que a participação política das mulheres altera suas relações familiares e, conseqüentemente, os papéis de gênero no interior do casal. Entre os militantes gays, há a vivência de um paradoxo entre a luta pelo respeito à diversidade sexual e um modelo virilizado de militância política. Conclui-se que a ampliação das lutas do MST para o campo das relações de gênero vem se dando de modo conflituoso, mas não negado, já que muitos desses e dessas militantes ocupam espaços e neles lançam questões, propõem desafios e vencem o silêncio.

Palavras-chaves: Relações de gênero. Diversidade sexual. MST. Processos de subjetivação.

Abstract

We aimed to investigate the political participation of women and gay activists in the MST, as well as the subjective processes arising from such participation. We conducted participant observation and interviews with five militant women and three militant male gays in contexts of political training courses, events and mobilizations of the MST. We identified that the political participation of women change their family relationships and, consequently, the gender roles within the couple. Among gay activists, there is the experience of a paradox between the fight for respect for sexual diversity and a masculine model of political activism. We conclude that the expansion of the struggles of the MST for the field of gender relations has been taking so conflicting, but not denied, and since many of these militants occupy spaces and throw them questions, offer challenges and overcome the silence.

Keywords: Gender relations. Sexual diversity. MST. Processes of subjectivation.

1 A participação política de mulheres e gays no MST

O cenário das lutas sociais no Brasil, desde a abertura política no início dos anos 1980, vem sendo marcado por um movimento social que goza de relativa força política, dada a sua trajetória de lutas e conquistas: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O MST vem mantendo uma agenda de reivindicações em diversas frentes: negociações com órgãos federais para fins de desapropriação de terras improdutivas com vistas à instalação de assentamentos rurais, criação de linhas de crédito, especialmente para assentados da reforma agrária, implantação de uma proposta pedagógica voltada para o contexto do meio rural nas escolas dos assentamentos, inclusão destes como territórios de atuação da Estratégia Saúde da Família, entre outras.

Com isso, a envergadura política do MST permitiu que este se constituísse num importante movimento que impulsiona a condução política dos governos federais e estaduais no tocante à realização da distribuição de terras no país. Por outro lado, é perceptível como suas atuais reivindicações extrapolam seu objetivo inicial de mobilização: a conquista da terra para fins de reforma agrária.

Ao longo de nossas investigações a respeito do MST (LEITE, 2003; LEITE; DIMENSTEIN, 2006; LEITE; DIMENSTEIN, 2011), temos partido do pressuposto de que o referido movimento, ao ter ampliado seu leque de reivindicações, vem sendo atravessado por uma dupla ordem de enfrentamento.

Primeira ordem: garantir a consecução de seu objetivo central de lutar pela reforma agrária, promovendo um combate incisivo ao modelo concentracionista de terras resultante do processo de desenvolvimento do capitalismo no meio rural brasileiro, especialmente a partir da década de 1970 (FERNANDES; STÉDILE, 2000).

Aliados a esse objetivo, os dirigentes do movimento vêm defendendo o fato de que não somente a distribuição de terras seria suficiente para produzir justiça social, mas também é necessário todo um reordenamento do modo de organização da sociedade capitalista, marcada por profunda desigualdade social, exploração da classe trabalhadora assalariada (urbana e rural), precarização das relações de trabalho, exclusão de um considerável contingente da população de condições dignas de existência (falta de moradia, educação, saúde, saneamento, trabalho etc.). Daí o fato de Fernandes (2000), um dos destacados teóricos do movimento, afirmar que a luta do MST é uma luta contra o capital.

A segunda ordem de enfrentamento afeta diretamente as subjetividades dos integrantes do MST e desdobra-se em duas: de um lado, promover uma identidade coletiva ou unidade entre seus membros por meio de uma simbologia, como é o caso da presença marcante de elementos simbólicos (hinos, canções, místicas, bandeiras, instrumentos de trabalho etc.), e, de outro, acolher a heterogeneidade de integrantes que marcam o MST.

Inúmeras ações do movimento (reuniões, cursos de formação, mobilizações, marchas, congressos, ocupações de terra etc.) acontecem com uma forte presença de rituais que envolvem cantos, celebrações, evocação de figuras históricas que tiveram participação importante em contextos de luta social bem como adoção de palavras de ordem e de objetos que carregam um peso simbólico, como o uso de bonés, camisas e bandeiras. Tais rituais buscam acessar e fazer mover uma dimensão dos integrantes do MST que escapa do mero aspecto de tomada de consciência de sua condição social, esperando com isso um envolvimento ou sentimento de pertença ao grupo pela ordem dos afetos, das emoções e das sensibilidades. Desse modo, espera-se a configuração de uma ordem identitária com vistas à criação de um sujeito coletivo em uníssono com as proposições do movimento: o militante Sem Terra.

Por outro lado, vemos o MST operando com uma tentativa de “acolhimento” da heterogeneidade que marca seus integrantes. Essa diversidade pode ser expressa pelas relações de trabalho (trabalhadores assalariados rurais e urbanos, trabalhadores de aluguel, arrendatários, meeiros, pequenos agricultores, moradores, boias-frias), pelo nível de escolaridade, de idade (inclusão de crianças e jovens) e de orientação religiosa (católicos, protestantes e de cultos afrodescendentes) e pelas relações de gênero (maior participação de mulheres e, em menor escala, de gays e travestis). Desse modo, a diversidade de componentes do MST lança ao próprio movimento demandas de luta que até então não vislumbrava, fazendo dele um intercessor para pô-las em marcha.

Assim, muitas das demandas se convertem em autonomia de trabalho, acesso a serviços de educação e saúde, luta por outros modos de exercício da sexualidade e contra a desigualdade de gênero. Em estudo anterior (LEITE, 2003), identificamos que algumas mulheres acampadas se aproximaram do MST motivadas pela tentativa de construção de uma autonomia em que elas pudessem conduzir suas vidas sem a dependência econômica de seus antigos companheiros, com quem mantinham relações marcadas pela desigualdade de gênero, sendo muitas vezes vítimas de violência doméstica.

Temos adotado o pensamento de que a inserção e a participação de militantes no MST contribuem para deflagrar processos de subjetivação, no sentido de que suas subjetividades vão sendo afetadas, forjadas e confrontadas em função dos processos de formação política e de participação nas ações do movimento (LEITE; DIMENSTEIN, 2011).

A discussão acerca da subjetividade e do sujeito tem sido parte integrante da própria história da ciência psicológica e, no entanto, sua forma de tratamento tem sido, de um lado, situar a subjetividade e o sujeito no plano de uma experiência de universalidade e interioridade psicológica profunda (a exemplo da Psicanálise) e, de outro, apontar que os sujeitos nada mais são do que reflexos de uma ordem social, portanto, meros produtos de interações ambientais, como foi o caso da Psicologia Social americana, de inspiração positivista e que teve no Behaviorismo uma de suas principais escolas teóricas.

Diferentemente, neste trabalho, ao propormos uma perspectiva de entendimento das subjetividades pela via de sua produção, damos destaque para o seu caráter polifônico, processual e maquínico. Assim, autores como Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault apresentam uma concepção radicalmente crítica às visões deterministas e essencialistas da experiência subjetiva.

Inspirado nos autores acima descritos, Moraes (2002, p. 14) apresenta o seguinte entendimento para o termo subjetividade:

Trata-se de um conceito que busca articular o universo semiótico humano em seu agenciamento maquínico com as tecnologias produtivas, artísticas, cognitivas, temporais e os mecanismos de poder de determinado período histórico. Através do agenciamento entre códigos linguísticos, tecnologias produtivas e de mecanismos de poder as subjetividades e os desejos são produzidos. Subjetividade inclui, então, não apenas o modo de pensar das pessoas, mas também o seu modo de agir, se portar, desejar, fazer, sonhar, revoltar. Além disso, a subjetividade não está dentro da pessoa, mas a atravessa, visto que não é produzida nas pessoas, mas nos encontros entre elas e delas com os aparelhos de poder.

Por essa perspectiva, a fabricação de territórios existenciais implica uma superação da dicotomia interioridade-exterioridade, ou seja, de um lado, um mundo psicológico, com seus conteúdos, tanto de natureza consciente quanto inconsciente, e, de outro, uma realidade externa que subjuga o sujeito e o conforma por constrangimentos sociais e/ou ambientais.

A fabricação das subjetividades dá-se por uma articulação de inúmeras instâncias, que, segundo Guattari (2000), não apresentam primazia ou determinação única nesse processo de produção. Se tomarmos o exemplo do saber psicológico, há uma variedade de discursos que centralizam a constituição do sujeito ora em dinâmicas familiares, ora na linguagem, ora no seu desenvolvimento maturacional, ora nos seus processos inconscientes etc. A esse respeito, o autor observa: “A subjetividade não é fabricada apenas através das fases psicogenéticas da psicanálise ou dos 'matemas do Inconsciente', mas também nas grandes máquinas sociais, mass-mediáticas, linguísticas, que não podem ser qualificadas de humanas” (GUATTARI, 2000, p. 20).

Nesse sentido, a presente investigação se situou no contexto das novas demandas postas pelos integrantes do MST, especialmente aquelas ligadas às questões de gênero, e teve por objetivo investigar como se dá a participação política de militantes mulheres e gays do MST bem como os processos de subjetivação decorrentes de tal participação.

2 Procedimentos metodológicos da investigação

Procedemos com a utilização de entrevistas em profundidade com oito integrantes do MST, sendo cinco militantes mulheres e três militantes gays do sexo masculino. As entrevistas foram realizadas em um conjunto de eventos organizados pelo MST, tanto em nível estadual (Pernambuco e Rio Grande do Norte – 2007 e 2008) quanto nacional, a exemplo do V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 2007, na cidade de Brasília. Complementarmente às entrevistas, realizamos observação participante no contexto dos eventos acima descritos.

Todos os participantes da pesquisa possuem nível escolar superior e, durante a etapa de campo da pesquisa, ocupavam posições estratégicas no MST, seja como educadores das áreas de assentamentos, seja como componentes do quadro de formação política. Os dados foram analisados à luz do referencial teórico adotado no presente estudo, que incide especialmente sobre os processos de subjetivação, tal como entendem Guattari (2000), Guattari e Rolnik (1986) e Rolnik (2006, 1997).

3 As relações de gênero no MST: a participação política de mulheres militantes

Fernandes (2000) destaca que diversas das ações realizadas pelo MST passaram por um processo de formalização, ou seja, a estrutura

organizativa do movimento passou a ser desenhada a partir de uma série de atividades já postas em práticas por sua militância nos âmbitos regionais, estaduais e federal. Foi desse processo de formalização que surgiram os chamados Setores do MST. Os principais são: Setor de Frente de Massas, de Formação, de Educação, de Produção e de Gênero. Este último foi criado a partir da ideia de que a luta pela terra precisa incorporar toda a unidade familiar (FERNANDES, 2000). Assim, tem-se, na esfera interna do movimento, estimulado a participação de mulheres na luta, tanto por meio da conquista do direito de registrar lotes de terra em seu nome quanto na garantia de participação de mulheres nas instâncias de representação.

Silva (2004) destaca que foi no início da década de 1980 que o MST passou a demonstrar preocupação com a participação de mulheres na sua luta, seja pela entrada das discussões feministas no movimento, seja pelo estímulo à formação de mulheres militantes para atuar também como lideranças políticas.

Um dos principais aspectos identificados no presente estudo, que sofre alteração com a participação das mulheres na militância do MST, são as relações familiares e, conseqüentemente, os papéis de gênero no interior do casal. Há um confronto entre os modos tradicionais de vida das mulheres e um novo modo de orientação de sua subjetividade em torno da prática militante.

Tanto a vivência coletiva nos cursos de formação quanto os conteúdos deles apreendidos passam a reconfigurar os lugares anteriormente estabelecidos no interior da relação familiar. O público e o privado passam a dialogar com o atravessamento de uma esfera na outra e a ação militante tem uma função importante nesse processo.

No caso das mulheres, esse aspecto se torna mais gritante, pois um dos pontos mais fortes da atuação da militância diz respeito aos inúmeros deslocamentos para outras áreas de trabalho ou para frequentar os cursos de formação, que podem custar três meses de ausência do lar. Isso gera, segundo algumas entrevistadas, uma questão para a relação com o parceiro e os filhos, na medida em que sua ausência faz vibrar um modelo tradicional de família que reservava a esfera do lar para as mulheres, as quais destinavam toda sua disposição para os afazeres domésticos e cuidados dispensados para as crianças e o esposo.

Em conversa com uma militante, ela destacou que as sucessivas saídas do ambiente familiar, composto por seu esposo e seus dois filhos, para coordenar algumas ações do movimento ou para cursos de formação – ações que levavam dias ou meses –, inicialmente geravam muitos conflitos devido à sua ausência no lar, fato que acabou forçando o seu marido a assumir algumas

das tarefas domésticas. Ela contou: “ao chegar em casa, encontro a casa bem arrumadinha e meu marido às vezes brinca comigo: 'pra onde é a próxima viagem?’” (R., 34 anos, entrevista em 2007).

L. (35 anos, entrevista em 2007) lembrou em sua fala as inúmeras vezes que o retorno ao lar e à sua família, depois de prolongados tempos ausentes, demandava-lhe uma série de tarefas e funções que a inserem nesse lugar tradicional. Os filhos e o esposo pediam mais atenção, as atividades domésticas se acumulavam e, no entanto, ela se recusava a largar a luta do MST. Parecia desejar um movimento que pusesse em marcha a possibilidade de experimentar outros territórios existenciais que não o já socialmente destinado de mulher-dona-de-casa e disse seguir firme no seu projeto de dedicação ao movimento, sentindo falta deste quando passa “muito tempo em casa”.

Rolnik (2006) compôs a cartografia de um movimento de forças vivido principalmente por mulheres brasileiras no contexto dos anos setenta e oitenta. Segundo o próprio título da obra, a autora buscou por meio de uma cartografia sentimental captar uma paisagem psicossocial em que o desejo comparece mutante na cena contemporânea, especialmente para o universo feminino, que se percebe oscilando entre territórios existenciais secularmente configurados para sua existência e novos espaços de circulação de um desejo de ruptura com essas identidades. A autora demonstra como alguns desses processos de subjetivação se converteram em identidades às vezes provisórias, às vezes duradouras, como as noivinhas, as *hippies*, as militantes, que são formas de relação do desejo das mulheres com o campo social.

Para algumas mulheres militantes do MST, identificamos como esse processo de confronto com outras linhas de subjetivação é inevitável, não havendo outra forma a não ser vivenciá-lo. Nesse sentido, há por parte do MST certo investimento nessas novas experimentações, de modo a incentivar e a estimular a participação das mulheres em suas instâncias de decisão e de direção, seja criando condições para que elas invistam em seu processo de formação – a exemplo da criação das cirandas para que as crianças também possam estudar enquanto acompanham suas mães em viagem –, seja articulando pessoas da comunidade de origem para que possam cuidar de seus filhos, tarefa que os maridos também vão aprendendo a assumir.

Atualmente, é visível uma maior participação de mulheres em atividades de direção e de militância no MST. Não raro, elas são afetadas pelos atravessamentos que entram em cena para disputar formas antigas e novas de subjetivação feminina, levando-as a experimentações diversas, que tanto as convocam para a esfera tradicionalmente definidora do lugar das mulheres

quanto para a possibilidade de configurar novos territórios existenciais, o que arrasta as fronteiras dos demais lugares socialmente desenhados: o lugar do homem e sua histórica dominação, o lugar dos filhos e de quem deles cuida.

Em algumas situações, é perceptível acompanhar como esse desmanche existencial é marcado por uma profunda vivência de angústia, pois o indivíduo nem se reconhece numa subjetividade nem noutra. Foi o caso de M. (33 anos, entrevista em 2007), ao relatar que estava sentindo-se profundamente confusa em relação à sua própria vida, já que aquilo que tanto a identificava com um arranjo subjetivo tradicional (esposa, dona de casa, mãe) estava sem sentido, não se reconhecendo nos momentos que tinha de assumir esse arranjo. Por outro lado, a ação militante também já não a seduzia, sentindo-se desestimulada a continuar como militante do MST, fato que a levou a pedir afastamento temporário da função que exercia no movimento.

Em outras situações, a experimentação de formas subjetivas ligadas à militância responde por ganhos qualitativos na vida de algumas mulheres. As conquistas que alcançam com a entrada no movimento parecem ser promotoras de um novo gás para suas vidas, anteriormente apagadas por formas cristalizadas e arraigadas de dominação masculina.

Já mencionamos como no âmbito das vivências do acampamento os papéis de gênero tendem a uma direção que redesenha o lugar predominantemente dado às mulheres (LEITE, 2003). Numa investigação que visou identificar o lugar social das mulheres no contexto dos acampamentos e assentamentos paraibanos, Miele e Guimarães (1998, p. 208-209) refletiram:

A situação de ameaça vivida no acampamento extrema-se de tal forma que enfraquece a introjeção dos papéis sexistas masculinos e femininos, remetendo homens e mulheres à sua condição básica de seres humanos. Obrigados pela situação, mulheres e homens assumem tarefas distintas das usualmente assumidas no dia a dia. Criam-se, então novos espaços, novas possibilidades, verdadeiras cumplicidades para que todos se expressem e experimentem o papel de liderança, inclusive as mulheres.

A nosso ver, as mutações vividas na paisagem psicossocial no tocante ao território “gênero” lançam-nos, por assim dizer, no registro dos regimes que marcam o MST: o extensivo e o intensivo. De um lado, ainda há a valorização de um modelo familiar estruturado na relação composta por um casal heterossexual (vide o desenho exposto na bandeira do movimento e nas místicas encenadas, em que costuma ter a aparição de uma família geralmente

composta por um homem e uma mulher com seu pequeno filho no colo), modelo que responde pela lógica binária e molar de organização familiar dominante. De outro lado, apresentam-se modos intensivos de desvio desse modelo pela abertura de forças heterogêneas que minam tal conformação identitária. Podemos citar, a título de ilustração, uma notícia veiculada por um jornal televisionado, em que uma trabalhadora rural assentada conseguiu que o INCRA incorporasse o nome de sua namorada como beneficiária dependente do lote em que é cadastrada.

Num plano micropolítico, linhas tangenciais se desenham a despeito dos modos seculares de definição de como essas mulheres deveriam agir. Essas linhas permitem formas outras de discurso e de ação para o feminino, em que se busca uma liberação da dominação masculina, seja pelo acesso a terra, seja pela possibilidade de autoria de conduzir suas próprias vidas, seja por um lugar que legitime seu desejo diante do outro.

Nesse caso, o MST pode ser visto não por sua ordem macropolítica, mas como uma força propulsora que contagia seus integrantes com alternativas de seguirem ocupando territórios existenciais, onde se exercite a alteridade e se vislumbrem experimentações para além do que socialmente está exposto em matéria de papéis de gênero.

A abertura desses territórios, a nosso ver, enseja um exercício de composição de forças em que se pode apostar exatamente num exercício político para as relações de amizade, na medida em que a alteridade e outros modos de vida são ensaiados, valorizados e acolhidos, não acontecendo de maneira isolada ou num caso particular, mas se propagando por todas as instâncias do movimento.

É, portanto, nesse campo da micropolítica que podemos nos aproximar de uma dimensão histórica e processual dos modos de subjetivação, na medida em que flagramos versões variadas para o que denominamos de sujeito, haja vista podermos, a partir do universo das relações de gênero, cartografar os movimentos que produzem determinadas fissuras num modo hegemônico de confabulação de um suposto universo feminino, apontando o efeito político que tais movimentos podem gerar no MST, já que, extrapolando a esfera familiar, ganha a esfera pública.

Abrimos aqui, portanto, um espaço para pensarmos que o sujeito não se sustenta enquanto uma experiência essencial, substantivada, e que é depositário de uma verdade sobre si mesmo: a verdade da mulher diante da verdade de seu oposto, o homem. Do contrário, trata-se daquilo que Gross

(2006, p. 135), a partir de Foucault, aponta: “o sujeito não é separado dele mesmo por um desconhecimento fundamental, mas entre si e si mesmo, abre-se a distância de uma obra de vida a ser realizada”.

4 Diversidade sexual na militância do MST

Mota (2008), ao problematizar o tema da cidadania junto aos movimentos de minoria sexual no Brasil, aponta que a luta de tais movimentos é guiada pelo embate a um modelo heterocêntrico disseminado em nossa sociedade, que prima pela defesa da conjugalidade, parentalidade e afetividade no universo heterossexual.

A centralidade e a predominância desse universo têm uma constituição histórica tão forte que acaba sendo vivida em nosso cotidiano com extrema naturalidade e alimentada, no caso do Ocidente, por uma série de dispositivos socializadores, como a família, a escola, as religiões, os meios de comunicação, os equipamentos de saúde, a literatura científica etc.

Desde a eclosão dos movimentos de minoria sexual, nos anos 1960 nos Estados Unidos e no Brasil nos anos 1980, o tema da diversidade sexual tem se colocado de modo impositivo na agenda de discussões em inúmeros movimentos sociais, entidades religiosas, ONGs, partidos políticos e até mesmo em algumas esferas do Estado, exemplo do Ministério da Saúde, no caso brasileiro, em que muitas das ações desses movimentos e entidades de defesa dos direitos das pessoas homoafetivas são negociadas com instâncias estatais¹.

As lutas empreendidas por pessoas gays, lésbicas, travestis, dentre outras inauguraram, de certo modo, um novo ritmo nas lutas sociais e incorporaram novas demandas para além das tradicionalmente postas, especialmente de natureza econômica, abrindo caminho para uma luta no campo das identidades culturais (WOODWARD, 2000).

As principais demandas dos movimentos de minoria sexual estão ligadas, em grande parte, à busca de legitimidade social, cultural e política da vivência da sexualidade em suas variadas possibilidades de exercício, especialmente de garantir sua expressão por meios políticos e jurídicos.

Para Mota (2008), a luta pelo exercício da sexualidade em sua polissemia acaba adentrando o campo da cidadania, na medida em que os

¹ Muitas ações no campo da prevenção e promoção da saúde sexual e reprodutiva acontecem em parceria entre o Ministério da Saúde, movimentos sociais e ONGs (cursos de capacitação para integrantes desses movimentos, ações de conscientização e mobilizações em grande escala, como tem sido o caso das paradas gays em várias cidades brasileiras).

pleitos desses movimentos se ligam a reivindicações para que, no conjunto das garantias sociais, políticas e jurídicas, a diversidade sexual também encontre sua legitimidade, fato que, historicamente, tem sido negado, a exemplo do direito à adoção por casais homoafetivos.

Grande parte dessa luta tem buscado quebrar o imaginário social de centralização dos padrões heterossexistas e sua força normativa que recai como modelo legítimo e de direito das relações afetivas e sociais.

Na nossa aproximação inicial com o MST, essas questões foram se tornando mais visíveis na medida em que buscávamos aqueles pontos deflagradores de singularidades diante das normatividades impostas pelo modelo identitário do movimento. Chamou-nos a atenção esse fato por considerarmos, de certa forma, uma lacuna de reflexões em torno do tema da diversidade sexual no âmbito do MST e por assim poder também vislumbrar como um movimento social, alimentado por princípios identitários muito fortes no que diz respeito a valores tradicionais como família e religião, poderia estar lidando com tal tema, mais especificamente com a presença de militantes gays.

Gaião (2001), ao abordar as tecnologias de subjetivação de militantes do MST num assentamento do estado da Paraíba, destacou como esse empreendimento se ancora num modelo viril, fálico, produzindo uma militância masculinizada em seus gestos, posturas e no modo de pensar e sentir a luta pela terra. Recai, aqui, um imaginário social falocêntrico e heteronormatizador (ALBUQUERQUE JR., 2006) sobre um conjunto social no seu processo de formação política.

Ao empreender uma análise dos elementos simbólicos explorados pelo MST, Gaião (2001) identifica como a simbologia reforça um padrão dominante pautado nos artefatos que culturalmente respondem pela virilidade, masculinidade, reforçando formas consagradas de valorização da dominação masculina, mesmo que suas discussões em torno das relações de gênero sigam no sentido contrário. Ao discutir tais simbologias presentes na bandeira do MST, afirma:

Podemos ver que tais símbolos buscam construir um lugar de sujeito militante masculino e viril através das cores e símbolos da bandeira. É assim que temos no vermelho a representação da vitória; no preto a representação da homenagem aos que tombaram na luta; no mapa do Brasil o lugar organizado e nacional do movimento; no casal a representação da importância da família, mas cujo modelo o homem teria a força, conforme podemos ver na postura do

cabal; e finalmente o facão, que representa a ferramenta de luta do militante (GAIÃO, 2001, p. 46).

Esse comparecimento da virilidade como atributo da militância é bem perceptível, por exemplo, nas estratégias de subjetivação em que o corpo comparece. A postura do militante em seu momento de fala traz um grau de firmeza, de força e eloquência, de expressões corporais como punhos cerrados, braços estendidos firmemente e agressividade na fala. Essas características, por sua vez, têm representado, historicamente, em nossa cultura, uma franca associação com o universo masculino dominante.

Outro momento de visibilidade dessa presença masculinizada entre os militantes trata-se do hasteamento da bandeira e da execução do hino do movimento, fato que comumente ocorre durante os seus eventos. Na ocasião, a postura retilínea, “braços fortes e punhos erguidos”, como sugere a própria letra da canção, evoca, mais uma vez, a ação viril.

Junta-se a tal imaginário, que identifica o militante como um personagem masculinizado, a própria ideia consagrada socialmente do mundo rural ou do homem do campo como representante ideal desse modelo. Um exemplo de reforço desse imaginário veio da literatura, na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1984), em que, por meio da descrição que faz do sertanejo, o autor alimentou ou mesmo produziu uma imagem que associa o homem do sertão como sendo dotado de uma energia impressionante. Do seu raquitismo brota um Hércules, com toda pujança para superar as intempéries que a vida dura do sertão impõe.

Por outro lado e cada vez mais, esse imaginário vem sendo problematizado pelo comparecimento de integrantes no MST que vêm questionando e criando tensões nesse modelo. A presença de militantes gays em algumas áreas de acampamentos e assentamentos tem forçado e incomodado esse lugar dominante de masculinidade do movimento².

Alguns militantes têm provocado discussões em assembleias e reuniões sobre o modo tradicional e conservador de como o tema da sexualidade e seus modos de exercício vêm sendo tratados no âmbito do MST. D., dirigente do MST, informou-nos que durante a sua participação num curso de formação de militantes, sentiu-se bastante discriminado em função de sua orientação sexual, fato que o levou a denunciar, em uma assembleia, as formas

² Ao comentar sobre esse fato com colegas de trabalho e nas oportunidades para discussão da pesquisa, geralmente, as pessoas são tomadas por uma surpresa. Acreditamos que isso ocorre justamente por terem como referência um imaginário que reforça as relações tradicionais de gênero num movimento que se destaca por ter trabalhadores rurais erguendo foices e adotando ações viris, como enfrentamento à polícia e ocupação de terras.

de exclusão que vinha sofrendo pelo grupo. Ele afirmou que, desde então, vem buscando refletir em diversas instâncias do movimento as múltiplas formas de preconceito que identifica no cotidiano do MST, questionando como um movimento social produz “excluídos dentro da exclusão” (D., 25 anos, entrevista em 2008).

A inserção de militantes gays no movimento e as mobilizações que eles têm feito para inserir na sua pauta de discussão o tema da diversidade sexual é, a nosso ver, um grande desafio, pois contrasta com uma imagem predominante de masculinidade e de virilidade da qual os militantes são portadores. Por outro lado, o que identificamos foi uma participação atuante e destacada de militantes que se dizem assumidamente gays na coordenação de setores importantes do MST, a exemplo de coordenações estaduais, de setores de educação, de gênero, de coordenação de núcleos de cultura em assentamentos.

Esse ponto nos chamou atenção por ver, concomitantemente, militantes que, no cotidiano de suas ações, denunciam o preconceito de que são vítimas e conseguem respeito e reconhecimento por sua atuação militante.

Um aspecto importante que podemos refletir por meio dessa aparente contradição é como o próprio lugar da militância é utilizado para provocar nos demais integrantes do movimento uma reflexão sobre o tema da diversidade sexual e de como o processo de formação militante pode fortalecer esse posicionamento.

Em entrevista, H. (28 anos, entrevista em 2007) comentou que o seu processo de formação militante abriu caminhos para que pudesse lidar com a sua orientação sexual de modo mais tranquilo e menos ameaçador. Foi por meio das etapas de estudo e das leituras do referencial teórico adotado pelo movimento, como o materialismo histórico e alguns textos de filosofia, que passou a relativizar os papéis sexuais tradicionalmente concedidos e, a partir de então, emergiu em si uma compreensão de que poderia viver sua sexualidade sem a marca de uma normatização que lhe impunha um modo certo ou errado de experimentá-la.

Além disso, diz ter conquistado com o MST a possibilidade de adquirir uma visão crítica da cultura e da sociedade, com seus mecanismos de exclusão, para além das relações de exploração econômica, mas também dos modos de vida em torno da educação, da coletividade e da sexualidade. Se a formação política age, na produção da militância, reforçando modelos dominantes de masculinidade, também concorre para promover em alguns

integrantes um debate, de natureza política, sobre a discriminação e a intolerância diante da homossexualidade. Há, nesses termos, um encontro entre os investimentos de desejo de uma militância minoritária, que se movimenta para conseguir legitimidade nas proposições políticas do MST.

Ao se apropriarem das ideias políticas e revolucionárias do movimento, como igualdade de direitos, combate à exclusão social, vivências de natureza coletiva e respeito ao próximo, os militantes gays obrigam o próprio MST a responder até onde vão suas proposições.

Percebemos que a ampliação dessas proposições para o campo da diversidade sexual vem se dando de modo não linear, conflituoso, mas não negado, não impedido em sua totalidade, já que muitos desses militantes ocupam espaços e neles lançam questões, propõem desafios e vencem o silêncio.

Arena de conflitos, o MST, por mais um tema que o atravessa, vem cumprindo a possibilidade de gerar uma experiência de acolhimento da alteridade, de dialogar com a multiplicidade de vetores que compõem a vida social, constituindo-se como berço potente para laços de amizade que superem os igualitarismos e façam emergir a diferença, por mais ameaçadora que pareça.

5 Considerações finais

Acreditamos que a incorporação das discussões de gênero vai se efetivando na medida em que o movimento vai ampliando seu espectro de luta, como já tratamos anteriormente. O MST vai, paulatinamente e não raro de modo forçoso, abrindo caminhos para que uma diversidade de temas, de demandas e de agendas de lutas ganhem campo de expressão.

Entendemos que o debate em torno das questões de gênero e diversidade sexual pode explorar as potencialidades do MST em suscitar questões e promover diálogo com os variados projetos de construção de modos de vida menos opressores, mais libertários e que passam, necessariamente, pelo reconhecimento e pela legitimidade que tais lutas têm, bem como pelo esforço que impele o próprio MST a refletir seus gestos, suas posturas, seus discursos e suas práticas, sob pena de estancar o que mais lhe dá vida: movimento. Esse movimento encontra nas relações políticas um potente recurso para seguir marchando, com calorosos e intensos debates, destinando legitimidade a cada interlocutor dessa ação dialógica, valorizando o que lhe escapa enquanto movimento, promovendo alianças, incorporando as singularidades e reconhecendo o poder disruptivo que estas apresentam.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Michel Foucault e a Mona Lisa ou Como escrever a história com um sorriso nos lábios. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 97-107.

CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Editora Três, 1984.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GAIÃO, Wilmar. *Negócio de acampar pra pegar terra é pra cabra macho – a construção social do lugar de militância política no MST: uma discussão de gênero*. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.

GROSS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 127-138.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 2000.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

LEITE, Jáder Ferreira. *Produção de subjetividade em trabalhadores rurais na condição de luta pela terra*. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de pós-graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda. Subjetividade em movimento: um estudo sobre o MST no Rio Grande do Norte. *Psicologia e Sociedade*, Florianópolis, n. 18, v. 1, p. 21-30, 2006.

LEITE, Jáder; DIMENSTEIN, Magda. *Militância política e produção de subjetividade: o MST em perspectiva*. Natal: EDUFRN, 2011.

MIELE, Neide; GUIMARÃES, Flávia. As mulheres nos assentamentos rurais: o antes e o depois. In: IENO, Genaro; BAMAT, Thomaz (Org.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998. p. 205-243.

MORAES, Thiago Drumond. *Tempo-espaço e produção de subjetividade: o trabalho na sociedade de controle*. 2002. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MOTA, Murilo Peixoto. As diferenças e os “diferentes” na construção da cidadania gay: dilemas para o debate sobre os novos sujeitos de direito. *Bagoas*, Natal, v. 2, n. 2, p. 191-210, jan./jun 2008.

PRADO, Marco Aurélio; LARA JÚNIOR, Nadir. Mística e a construção da identidade política entre os participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil: um enfoque psicossociológico. *Revista eletrônica de Psicologia Política*, San Luis, ano 1, n. 4, dez. 2003.

ROLNIK, Suely. Toxicômanos de Identidade. In: LINS, Daniel (Org.). *Cultura e subjetividade: saberes nômades*. Campinas: Papyrus, 1997. p. 19-24.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

SILVA, Cristiani Bereta. Relações de gênero e subjetividades no devir MST. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 12, v. 1, p. 269-287, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

